

Não binariedade nos *menstruapps* – paradoxos entre visibilidade e vigilância queer

Larissa Pelúcio¹  0000-0001-6212-3629

Eduarda Albrechete Motta²  0000-0002-6365-2968

¹Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. 17033-360 - dchu.faac@unesp.br

²Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. 17033-360 - spg.faac@unesp.br



Resumo: Discutimos, neste texto, como os *menstruapps* se colocam na peculiar interseção entre os debates contemporâneos de gênero e a busca capitalista por novos produtos e mercados. Focamos a investida de dois dos mais populares calendários menstruais digitais (Clue e Flo) em torno da não binariedade de gênero. Problematicamos essas investidas inspiradas pela proposta provocativa de algoritmização e vigilância queer. Parece-nos que, em tempos de capitalismo de vigilância, estamos lidando com outros “problemas de gênero” (Judith BUTLER, 2003) em contextos nos quais corpos físicos e corpos de dados são cada vez mais indissociáveis. É sobre estas tensões que nos debruçamos, a partir de pesquisa imersiva em meios digitais.

Palavras-chave: não binariedade; Flo calendário menstrual; Clue Menstrual e de Ovulação; algoritmos queer; capitalismo de vigilância.

Non-binarity in Menstruation Apps – Paradoxes Between Queer Visibility and Surveillance

Abstract: This paper examines how menstruation apps intersect with contemporary gender debates and capitalist pursuits of new products and markets. We focus on the approach of two popular digital menstrual calendars (Clue and Flo) regarding non-binary gender identities. These initiatives are critically analyzed through the lens of queer algorithmization and surveillance. In the era of surveillance capitalism, we contend with new “gender troubles” (Judith BUTLER, 2003) as physical bodies and data bodies become increasingly inseparable. These tensions are explored through immersive digital research.

Keywords: Non-binarity; Flo menstrual calendar; Clue menstrual and ovulation tracker; Queer algorithms; Surveillance capitalism.

No-binariedad en las apps de menstruación – Paradojas entre la visibilidad y la vigilancia queer

Resumen: Este artículo examina cómo las aplicaciones de menstruación se sitúan en la intersección de los debates contemporáneos de género y la búsqueda capitalista de nuevos productos y mercados. Nos centramos en las estrategias de dos de los calendarios menstruales digitales más populares (Clue y Flo) en relación con la no-binariedad de género. Estas estrategias se analizan críticamente desde la propuesta de algoritmización y vigilancia queer. En tiempos de capitalismo de vigilancia, enfrentamos nuevos “gender troubles” (Judith BUTLER, 2003), donde los cuerpos físicos y de datos son cada vez más inseparables, explorando estas tensiones a través de investigación inmersiva en medios digitales.

Palabras clave: no-binariedad; calendario menstrual Flo; Clue Menstrual y de Ovulación; algoritmos queer; capitalismo de vigilancia.

Introdução – Aperte aqui para começar a usar

gente o que é não binário? Desculpa perguntar é pq realmente não sei
(usuária do *menstruapp Flo Calendário Menstrual*, em postagem anônima, em 2022)

O que é uma pessoa não binária, pergunta com certo embaraço a usuária do *Flo Calendário Menstrual*, um dos *menstruapps* mais baixados nas lojas digitais de aplicativos para smartphones.¹ *Menstruapps* e pessoas não binárias são termos que muito recentemente passaram a compor nosso léxico feminista e de pessoas que pesquisam gênero e sexualidade. Porém, a não binariedade de gênero começa a aparecer como tema acadêmico no início deste século, com Felicity Haynes e Tarquam McKenna (2001) em *Unseen genders: Beyond the binaries*. Porém, a ideia de fluidez dos gêneros e de transcendência da binariedade já circula nos anos de 1990 em obras como *Gender Outlaw: On men, women and the rest of us*, escrito por Kate Bornstein (1994).

Dri Azevedo (2024) aponta que, naquela década, alguns termos surgiram dentro do movimento anglófono de pessoas transexuais como propostas de tensionar o binarismo implicado na forma como os feminismos vinham construindo o conceito de gênero. Para Azevedo, termos como “*genderqueer*” e seus derivados (*genderfluid*, *genderbender* etc.)² seriam antecedentes do que hoje estamos reconhecendo como não binariedade de gênero.

A partir da década de 2010, a identidade de gênero não binária começou a se consolidar como um movimento social, ganhando rápida visibilidade por meio das redes sociais. Hoje, ela está presente em diversos perfis e grupos, que se organizam e se conectam principalmente por meio de aplicativos (HBlynda MORAIS, 2024).

Perfis de pessoas transexuais, por exemplo, passaram a discutir a não binariedade de gênero na transexualidade como uma forma de enfrentar estéticas e intervenções cirúrgicas que procuram fazer a transexualidade corresponder ao binário estabelecido pelas normas da cisgeneridade (MORAIS, 2024). Pesquisadores³ também avolumam essa discussão, buscando “ultrapassar as convenções da régua cisgênera, que continua a medir os corpos trans e a definir suas categorias de pertencimento e desumanidade” (Lucas DANTAS, 2024, p. 173).

Em 2010, paralelo ao crescimento do debate sobre não binariedade nas redes sociais on-line, os *menstruapps* começaram a ser disponibilizados para download nas lojas de *apps* do sistema IOS e Android (Camilla RØSTVIK, 2022).

A relação entre *apps* para dispositivos móveis e gênero, como categoria política, é estreita (Gabriela PALETTA, 2019; Fernando POCAHY; Felipe CARVALHO; Dilton COUTO JR., 2020). Quando se trata de *menstruapps*, este vínculo é ainda mais acentuado.

Os *menstruapps* são aplicativos para o monitoramento do ciclo menstrual e de fertilidade, cujo sistema algorítmico está calibrado para avisar e/ou ensinar as usuárias a ler quando vem a próxima menstruação e/ou ovulação (PALETTA, 2019, p. 124), bem como incentivá-las e incentivá-los a registrar com regularidade de dados físicos, fisiológicos, psíquicos e emocionais, para que, assim, o *app* possa auxiliar tanto na concepção quanto na contracepção.

Esses *apps* operam com modelos de negócios que criam receita por meio da venda de dados pessoais e íntimos das/dos e des usuárias. Eles querem saber como você transa; se tem orgasmos e em que posição; se você se masturba; o que comeu; se está com dor de cabeça; cólica; de bom humor ou irritada; quanto você pesa, mede, anda... assim, conhecendo você melhor, as previsões tenderão a ser mais precisas. Essa é uma das promessas. Há outras, como promover o autoconhecimento, maior controle sobre seu ciclo e gerenciamento de sua vida sexual e reprodutiva.

Os *menstruapps* datificam o ciclo menstrual, propõe Baumgarten (2024). Em sua etnografia digital, a antropóloga imerge no *Clue* analisando as categorias que o *app* oferece para registros de dados fisiológicos, corporais, psíquicos e emocionais. Em diálogo com Paul Preciado, Baumgarten propõe que “as categorizações presentes nos textos e ilustrações do aplicativo são parte da circulação simbólica e material do tecnogênero: tanto pela representação quanto pela coleta de informação” (Nicole BAUMGARTEN, 2024, p. 86). Controle, regulação e produção dos corpos se articulam e, assim, essas tecnologias participam também na construção e regulação das identidades de gênero.

Apps voltados para monitoramento de funções biológicas e fisiológicas não só mineram informações valiosas sobre saúde, ciclos naturais e estados emocionais de usuárias/es, como

¹ De acordo com as lojas digitais da Apple e Google Play, em 2024, o *Flo* contava 380 milhões de downloads realizados no mundo.

² “Não binariedade não é um termo correlato a *genderqueer*. Eles não são exatamente sinônimos. Mas a popularização da palavra ‘*genderqueer*’ no contexto anglófono (sobretudo a partir da publicação *GenderQueer. Voices From Beyond the Sexual Binary*, editada por Joan Nestle, Clare Howell e Riki Wilchins, em 2022), tornou possível teoricamente e politicamente a popularização de um debate sobre corpos fora dos binários e que não se adequassem aos binários. Es bandides de gênero ganharam nomes” (Azevedo, 2024, p. 4).

³ Utilizamos a linguagem neutra respeitando não só nossas convicções teóricas, mas também a forma como colegas aqui citadas, citados e citades, se identificam.

tendem a acenar com mágicas soluções individuais, diante de temas macrossociais como saúde, pobreza e desemprego (Evgeny MOROZOV, 2018).

Neste artigo, organizado em três seções e uma conclusão ainda em aberto, discutimos como as tecnologias digitais, como *menstruapps*, têm procurado contemplar a diversidade de gênero e sexual a fim de atender ao crescente mercado das *femtechs*⁴ e à franca queerização de identidades, pelas quais as sociedades ocidentais e de matriz ocidental, como é a brasileira, têm passado nas últimas duas décadas.

Discutimos, a partir de uma pesquisa imersiva como usuárias críticas desses *menstruapps*, a arquitetura de dois dos mais populares *apps* para monitoramento do ciclo menstrual: o *Clue Calendário Menstrual* e o *Flo Calendário Menstrual*. Detemo-nos particularmente no que os discursos chamam de “inclusão” e/ou “diversidade”.⁵ Interessa-nos, ainda, mapear e analisar as reações e resistências de usuáries que se autodeclaram como pessoas não binárias, acompanhando a interação das usuáries com o *chatbot* dos *menstruapps*. Somamos a esse material artigos redigidos pela equipe destes *apps* e publicados nas plataformas de ambos.

A menstruação e tudo que a ela se relaciona ainda estão cercadas de desinformação e tabus, de maneira que os *menstruapps* acabam por oferecer um território digital para aprendizados e trocas entre usuáries. Assim, dá-se seguimento a uma educação menstrual que, durante todo o século XX, foi prioritariamente promovida pela indústria de produtos higiênicos e, mais recentemente, pelos laboratórios farmacêuticos (Jeanne GUIEN, 2023). As *Big Techs* se somam a esta pedagogia que, mais do que ensinar, “produz corpos que se acoplam com uma sensibilidade fantasmática (Paul PRECIADO, 2020) a dispositivos tecnológicos, bagunçando os limites das fronteiras entre o ‘natural’ e o ‘artificial’, o ‘corpo’ e a ‘máquina’” (PALETTA, 2019, p. 124).

As interações entre usuáries e tecnologias digitais como a inteligência artificial (IA), *chatbots* e algoritmos de predição, geram um grande volume de dados sobre dissidências sexuais, como no caso de pessoas não binárias, que acabam colaborando, mesmo sem intenção, para a codificação de perfis queer, a partir da normalização destes. As predições nos aplicativos de acompanhamento do ciclo menstrual são geradas a partir de algoritmos que analisam dados inseridos por usuáries. Com base nesses registros, as informações são cruzadas com bases de dados populacionais e padrões fisiológicos. Muitos desses aplicativos usam aprendizado de máquina para refinar suas previsões, ajustando-se às variações individuais ao longo do tempo. Há, assim, a tendência de que estereótipos sobre identidades minorizadas sejam reiterados (Tarleton GILLESPIE, 2024).

Ao ecoarmos as inquietações de Felipe Rivas San Martín (2025), interrogamos “¿Cómo es posible que algo tan inclasificable como lo queer pueda ser capturado y codificado en las redes digitales al punto de establecerse como un patrón algorítmico?”. Parece-nos que, em tempos de capitalismo de vigilância (Shoshana ZUBOFF, 2021), estamos lidando com outros “problemas de gênero” (Judith BUTLER, 2003) em contextos nos quais corpos físicos e corpos de dados são cada vez mais indissociáveis. É sobre estas tensões que nos debruçamos.

Menstruapps e não binariedade

Os *menstruapps* atuam como usinas de geração de grandes volumes de dados, especialmente dados generificados, coletados de corpos menstruantes e/ou procriativos. Ao mesmo tempo, esses aplicativos moldam e produzem esses corpos, promovendo uma espécie de tecnopedagogia que ensina como menstruar de maneira mais autocontrolada e alinhada aos padrões contemporâneos (GUIEN, 2023).

A equação automonitoramento = autoconhecimento = empoderamento está presente na linguagem dos *menstruapps*. “Entenda seu ciclo e seja sua melhor versão”; “Conheça o seu corpo. Controle sua saúde”; “Quanto mais você monitora, mais precisas ficam as previsões”, são convites que estão na interface do *Clue* e do *Flo*.

Cercada por tabus e estigmas, a experiência menstrual, em sociedades de matriz ocidental, tem se constituído no silêncio e na vergonha, sustentada por meio de discursos biologizantes e higienistas (Carolina VÁSQUEZ, 2022). Associada ao “tornar-se” mulher, a menstruação e tudo que a cerca costumam ser vividas a partir de queixas, segredos e, mesmo, nojo.

⁴ Marina Sarmiento (2021, p. 4-5) define *femtech* como sendo um termo aplicado a “una categoría de software, diagnósticos, productos y servicios que utilizan la tecnología para centrarse en la salud de la mujer, desde la salud reproductiva a enfermedades que afectan mayoritariamente a mujeres como la osteoporosis o el cáncer de mama. Según el informe Mercado global de tecnología femenina (*Femtech*): análisis y pronóstico desarrollado por Research and Markets, la industria Femtech está formada por unas 200 start-ups en todo el mundo, de las cuales el 92% están fundadas y dirigidas por mujeres [...] De hecho, según las proyecciones de la compañía Frost & Sullivan, se espera que los ingresos del mercado de las *Femtech* alcancen los 1.100 millones de dólares en 2024, creciendo a una tasa de crecimiento anual compuesta (TCAC) del 12,9%. O próprio termo ‘*Femtech*’, com o prefixo remetendo a ‘feminino’, desenha fronteira de gênero, acentuando binariedade” (SARMIENTO SANTANA, Marina. “*Femtech*: Start-ups con perspectiva de género”. Universitat Autònoma de Barcelona, Departament de Mitjans, Comunicació, 2021).

⁵ Dmitry Gurski, um homem cis, é um dos fundadores do *Flo* e é também o CEO da empresa. Em 2024, Rhiannon White sucedeu Audrey Tsang, que ficou por seis anos à frente do *Clue*, ambas mulheres cis.

Informadas por perspectivas ciscentradas, a menstruação, a gravidez e a menopausa foram construídas como experiências unicamente concernentes a mulheres cisgêneras, de forma que homens cis não foram nem educados e muito menos envolvidos nessas vivências que podem ocorrer com suas mães, irmãs, amigas e parceiras.

Mesmo diante de outras identidades que foram encontrando possibilidades de existência e expressão ao longo deste ¼ de século, o ciclo menstrual segue sendo tratado de forma altamente medicalizada e, paradoxalmente, naturalizada, excluindo homens transexuais, pessoas não binárias e outras pessoas que menstruam do rol de interesses e preocupações relativas ao ciclo reprodutivo. Diante desse cenário histórico, não é incomum que homens transexuais e pessoas não binárias encarem a menstruação como um elemento de desconforto e sofrimento causado pela propalada incongruência entre a identidade de gênero e o ciclo menstrual.

No entanto, S.E. Frank (2020: 15) observa que a disforia não se origina do sangramento menstrual em si, mas das normas sociais que constroem a menstruação como feminina. A.J. Lowik (2020: 7) acrescenta que nem todas as pessoas trans e não binárias que menstruam sentem angústia, o que complica “a narrativa dominante (...) de que a menstruação sempre desencadeia disforia de gênero para as pessoas trans” e que a supressão da menstruação deve ser o remédio escolhido. Assim, é necessário desconstruir e criticar o discurso menstrual para reconhecer as “multiplicidades das realidades menstruais” (Persdotter, 2020: 367) e entender como as perspectivas trans e não binárias desafiam a menstrunormatividade e contribuem para e ajudam a desgenerificar e despatologizar a menstruação (Rydstrom, 2020) (Rowena KOSHER; Lauren HOUGHTON; Inga WINKLER, 2023, p. 2).⁶

Menstruapps como o *Clue* e o *Flo* têm se proposto a mudar essa relação “distórica” entre menstruação e corpos dissidentes da norma cisgênera. O *Clue*, por exemplo, se descreve na loja virtual da *Google Play* como um *app* inclusivo: “usamos linguagem neutra. Temos em nosso aplicativo pessoas de todas as etnias, gêneros e orientações sexuais” (citado por BAUMGARTEN, 2024, p. 60).⁷ Ambos os *apps* anunciam-se como seguros em muitos níveis: privacidade de dados; qualidade técnica; rigor científico das informações que disponibilizam para usuáries, usuários e usuáries.

O artigo “Falando sobre períodos além do gênero”, escrito por Jen Bell (2017) e publicado na seção “Igualdade de Gênero” do *Clue*, em 2017, explica a escolha do aplicativo em se tornar acessível também para pessoas fora dos padrões binários. O texto reconhece que “pessoas que não se encaixam na definição comum de ‘mulheres’ podem facilmente se tornar isoladas, marginalizadas, estigmatizadas e discriminadas” quando a linguagem sobre o ciclo menstrual é direcionada exclusivamente ao público feminino. *Acessibilidade e linguagem de gênero no Clue*, escrito por Mike Lavigne e Lisa Kennelly (2017), e publicado na mesma seção, reitera a proposta de inclusão. Apesar de reconhecer que, em alguns idiomas, a linguagem neutra precisa ser melhorada, o *app* diz ser projetado para “**todos** os nossos milhões de usuários, independentemente do gênero” (grifo do aplicativo).

Apesar de o *Clue* não ser focado exclusivamente na gravidez e adotar linguagem neutra, Joelle Schantz, Claudia Fernandez e Anne Marie Jukic (2021, p. 14) avaliam que o *app* acabava por focar a parceria sexual preponderantemente cis e heterossexual. Esta ambiguidade levou à atualização gratuita do *app*, que, em dezembro de 2022, anunciou em seu site o “relançamento” da plataforma com novo design e com o acréscimo de mais de 40 opções de monitoramento.⁸ Esse retorno do *Clue* a queixas e apontamentos feitos de usuáries quanto às incongruências na sua linguagem reforça a ideia da potencialidade do *app* em calibrar um sistema algoritmo queerizado. Por exemplo, na descrição da aba referente à vida sexual, em 2024, o *Clue* expressava que “as opções de monitoramento da vida sexual podem ser aplicadas a todas as orientações sexuais”.⁹

O *Flo* também propõe debates sobre hormônios e diversidade de gênero, mas o faz a partir de um serviço interno de conversas anônimas entre usuáries chamado “Papo Privado”. Entre as diferentes chaves temáticas oferecidas ali, encontra-se a aba “Saúde LGBTQ+”, onde

⁶ No original: However, S.E. Frank (2020: 15) notes that dysphoria does not originate from menstrual bleeding itself but from the social norms constructing menstruation as female. A.J. Lowik (2020: 7) adds that not all trans and nonbinary menstruators experience a sense of distress, complicating “the dominant narrative ... that menstruation is always triggering of gender dysphoria for trans people” and that menstrual suppression must be the remedy of choice. Thus, there is a need to unpack and critique menstrual discourse to recognize “multiplicities of menstrual realities” (Persdotter, 2020: 367) and to understand how trans and nonbinary perspectives counter menstrunormativity and help gender and depathologize menstruation (Rydstrom, 2020).

⁷ Vamos apresentar com mais detalhes ambos os *menstruapps* em seção específica.

⁸ O redesenho do *Clue* foi elaborado a partir de feedbacks dos usuários, usuáries e usuáries do *app*. “Nossa comunidade é a razão pela qual existimos: queremos ter certeza de que o *Clue* está ajudando você da melhor forma possível e que está pronto para atender às necessidades de todos que o utilizam, independentemente de sua experiência”, é explicado no artigo “Clue Menstruação: relançamento com novo design”, publicado no próprio site: <https://helloclue.com/pt/artigos/como-usar-o-clue/clue-menstruacao-relancamento-com-novo-design>.

⁹ O *app* também inclui a categoria “Medicação” entre seus serviços, na qual inclui, dentre outras opções, a terapia com testosterona voltada a homens trans.

há uma série de perguntas elaboradas por especialistas em saúde que compõem a equipe do *Flo* e inteligência artificial do app. Nos *cards* (cartões digitais com texto e imagens) aparecem questões como: “Qual o efeito da terapia hormonal de afirmação de gênero? Compartilhe”; “Se você é trans/não-binário e tem menstruação, como se sente acerca disso?”. A primeira resposta a esse conjunto de perguntas vem na forma de apelo/recomendação.

Eu queria que desse para mudar os pronomes aqui no app, sabe? escolher os pronomes ele/ dele ou elu/delu, isso afeta minha autoestima e a autoestima de outras pessoas trans também vou tentar avaliar a playstore, se possível curtam meu comentário para chegar neles obrigado! (Fala de usuária identificada com ícone de uma ovelha estilizada, postada em março de 2024).

As 299 pessoas que responderam à pergunta reproduzida mais acima queixam-se da forma como o app se comporta frente às pessoas trans e não binárias. Mulheres lésbicas também intervêm na postagem (Figura 1). Ao mesmo tempo que reconhecem as qualidades do app, pontuam cis-heterossexualidade indistigível do *Flo*.

Figura 1. Captura de tela do chat “Papo Privado”, elemento do *Flo Health*.



#PraTodoMundoVer A imagem mostra uma captura de tela de celular com uma conversa composta por quatro balões de mensagens de fundo cinza. À esquerda dos balões estão círculos com os ícones de cada usuário: no primeiro há um pato com fundo cinza, no segundo um cachorro com fundo azul claro, no terceiro um gato com fundo rosa e no quarto o pato se repete.

As logomarcas de ambos os apps também oferecem material interessante para análises de gênero (Figura 2) relativas às propostas de inclusão de corpos, gêneros e orientações sexuais diversas. O *Clue*, por exemplo, se vale de uma mandala vermelho-alaranjada como símbolo gráfico. Ao lado dela aparece o nome do app escrito em uma fonte sem serifa, fina, enquanto o *Flo* utiliza como imagem uma pena que parece flutuar. A logomarca é rosada, escrita em fonte serifada e arredondada, qualidades que remetem a valores propagados de feminilidade.

Figura 2. Logomarcas



Fonte: Sites oficiais do *Clue* e do *Flo*.

#PraTodoMundoVer A imagem mostra as logomarcas do app *Clue*, em vermelho, e do app *Flo*, em rosa.

Nenhuma destas escolhas, sabemos, são aleatórias. A mandala do *Clue* e a pena do *Flo* estão preñes de significados. Mandalas, apesar de serem símbolos milenares, se popularizaram no ocidente nos anos de 1960, sobretudo por influência de Carl Jung em *O homem e seus*

símbolos. A mandala é uma forma geométrica que, em muitas tradições culturais, representa a totalidade. Ao mesmo tempo, a que ilustra a logomarca do *Clue* remete a uma eletrosfera, forma associada às ciências duras (*hard sciences*) como a química e a física, tidas popularmente como mais precisas e confiáveis.

Já a pena flutuante do *Flo* sugere fluidez e leveza. Enquanto o *Flo* oferece um mundo rosa, diáfano e cheio de elementos associados pelo senso comum ao feminino, o *Clue* parece ter optado por signos mais englobantes em termos de gênero e orientação sexual, relacionando-se visualmente ao científico, ao mesmo tempo ao sangue e à delicadeza.

Em 2023, como parte de seu esforço para ser mais inclusivo em relação à diversidade de gêneros, corpos e orientação sexual, o *Flo* começou a usar o termo “pessoas que menstruam”, mas, desde 2021, já incluía em sua biblioteca artigos voltados ao público LGBTQIAPN+ (LGBTQ+, no app). Porém, pelo que constatamos em nossa pesquisa, diferente do que se passou com o *Clue*, o *Flo* manteve tanto sua linguagem gráfica quanto a escrita ancorada em referências ciscentradas. Quando analisamos os textos disponíveis no site e no app do *Flo*, constatamos que as referências se voltam apenas a mulheres cisgêneras, de modo que “Todas as pessoas que menstruam”, como locução que atestaria a proposta de inclusão, desaparece. Na iconografia e nas ilustrações calcinha rendilhadas, corpos com muitas curvas, seios volumosos e perfis que remetem a mulheres flutuam entre muitos tons de rosa.

Por outro lado, ao lermos os artigos publicados por ambos os apps, é possível constatar que tanto o *Clue* quanto o *Flo* (o primeiro com mais resultados tabulados por nós) vêm se esforçando para se mostrarem inclusivos e confiáveis tecnológica e cientificamente. Porém, os esforços inclusivos não criaram reais fissuras na lógica binária que organiza o *Flo*.

Até que ponto esse esforço de inclusão não é também uma forma de captura de dados que atualiza sistemas algorítmicos em plataformas digitais? Na avaliação de Graciela Natansohn (2019), a incitação ao automonitoramento colabora para uma vigilância via rastros digitais. “A vigilância por defeito, por default, embutida nas tecnologias, é uma estratégia comercial e patriarcal para controlar e restringir direitos” (NATANSOHN, 2019, p. 139). O que acontece, então, quando esse aparato discursivo olha para as dissidências?

Vigilância queer

Os aplicativos disponíveis na Google Play ou na Apple Store são os novos operadores da subjetividade. Lembre-se então de que, quando você baixa um aplicativo, ele não está sendo instalado em seu computador ou em seu celular, mas em seu aparato cognitivo (PRECIADO, 2020, p. 79).

A advertência de Paul Preciado ecoa no texto de San Martín, nesta Seção Temática. O autor traz as preocupações presentes no dossiê “Queer Surveillance”, publicado em 2019, na revista *Surveillance & Society*.¹⁰ No editorial daquela edição, Gary Kafer e Daniel Grinberg, organizadores do dossiê, definiram a vigilância queer como uma dinâmica de poder que atualiza a *queeridade* (*queerness*) como forma de traçar e retraçar limites e fronteiras entre normalidade e estranhezas, capturando o que cabe nos parâmetros da normalidade, abandonando o que pareça excessivo, de maneira que a dicotomia entre normal e anormal siga sendo o referente que exclui e classifica o que pode ser considerado queer. Dito de outra forma: quando o *Flo* distingue “mulheres e meninas” de “pessoas que menstruam”, propondo uma categoria identitária à parte ao invés de abrangente, reitera o queer como outro que desenha a fronteira entre norma e desvio.

Por outro lado, o que temos observado nesta pesquisa imersiva, de inspiração na etnografia digital,¹¹ é que a *queeridade* nos apps investigados não é externa à vigilância como uma identidade preexistente. Ela é, de fato, produzida dentro dos processos de vigilância como sua própria condição de possibilidade – vigiar e produzir formas de subjetivação que incitam o controle de si a partir da autovigilância. Os *menstruapps* são parte de um cenário mais amplo de datificação dos corpos, onde o monitoramento da saúde reprodutiva e menstrual se torna um dado biopolítico.

Desde Foucault (1987), a vigilância é entendida como um elemento central nos processos de constituição subjetiva, associada à disciplinarização dos corpos e à normalização dos comportamentos. Em sua análise do biopoder e da sexualidade como dispositivos históricos que incitam o discurso sobre o sexo, Foucault mostra que o poder não se exerce apenas por meio da repressão, mas também pela produção e controle de saberes, normas e práticas sociais.

[o] ponto central do funcionamento da vigilância é a presunção de “noções normativas de incorporação” que exigem transparência do corpo para a criação de significado e intervenção

¹⁰ *Surveillance & Society* é uma revista acadêmica independente que se debruça sobre o tema da vigilância desde 2002 (<http://www.surveillance-and-society.org/>). O dossiê referido é o de volume 17, número 5 (<http://www.surveillance-and-society.org/>).

¹¹ A etnografia digital aplicada de forma crítica permite uma imersão nos aplicativos com atenção ao contexto sociotécnico e ao papel que essas plataformas desempenham na construção de identidades e na normatização de experiências menstruais.

(van der Meulen e Heynen 2016: 19). As identidades queer são opacas para esses sistemas na medida em que as configurações supostamente impróprias de gênero, sexo e sexualidade ocultam o corpo e o tornam uma inconsistência ameaçadora. Como Kathryn Conrad (2009b: 380) escreveu naquela edição [referem-se à edição no. 4 de 2009, da *Surveillance & Society Issue*] “as técnicas de vigilância, elas próprias tão intimamente ligadas aos sistemas de informação, exercem pressão normativa sobre corpos e práticas não normativos, como os de sujeitos queer e *genderqueer*”. Por exemplo, tecnologias biométricas, como scanners faciais, são calibradas com base em suposições binárias de incorporação de gênero e heterossexualidade compulsória (Keyes 2018). As pessoas que não estão em conformidade com as convenções dominantes de vestuário e aparência de gênero são computadas como “falhas do sistema biométrico” (Magnet 2011: 48) que devem ser corrigidas pela conformidade com as construções discursivas no software. Sem dúvida, a vigilância há muito tempo é hostil às identidades queer e trans na tentativa de controlar o desvio (KAFFER; GRINBERG, 2019, p. 593).¹²

Nos dois *menstruapps* que estamos tratando aqui, há uma clara tensão entre reconhecer essas experiências identitárias e constituir-las como “normais”. As apps, aí, estão para tornar essa ambiguidade ainda mais visível. Uma normalidade que só pode se efetivar a partir da captura da “estranheza”, que precisa perder sua opacidade para se tornar codificável.

Como um corpo que escapa ao binário masculino/feminino pode ser reconhecido como um corpo que menstrua? Em um dos muitos artigos que recheiam o site do *Clue*, uma resposta é ensaiada. Em “Como usar o Clue app me ajudou a aceitar minha identidade não-binária”, artigo publicado na biblioteca do *Clue* em julho de 2020, Aubrey Bryan (2020), hoje trabalhando no *Clue*, conta como, com o *app*, aprendeu a menstruar como pessoa não binária.

Quando ouvi falar do Clue, me impressionei com a inclusividade e como se declarava publicamente que era um app para qualquer pessoa que menstruasse. Eu comecei a monitorar minha menstruação, e eventualmente me candidatei e acabei indo trabalhar no Clue.

Quanto mais eu registrava no app, mais a minha mentalidade evoluía. Ao desviar-se da ideia de que o ciclo menstrual tinha um gênero explícito, eu pude me libertar da relação entre minha menstruação e meu gênero (BRYAN, 2020, grifos nossos).

Quanto mais Bryan registrava seus dados no *app*, mais o *Clue* aprendia como uma pessoa não binária vivia seu ciclo menstrual. Alimentava, assim, um sistema “algoritmo queer”. Alimentar um algoritmo significa fornecer-lhe dados para que ele aprenda a reconhecer padrões, fazer previsões ou tomar decisões. O processo envolve fornecer grandes quantidades de exemplos (dados) para que o algoritmo possa aprender como identificar características relevantes. Ou seja, não é o indivíduo que interessa, mas uma massa de comportamentos individuais. É o que San Martín (2025) identifica como “salto pós-individual”,

pues el monitoreo no se focaliza en los datos propios de cada individuo por separado y en particular, sino en el conjunto de datos de grandes grupos de usuarios. Los datos producidos por la interacción humana con los dispositivos son derivados a grandes bases de datos de manera despersonalizada y desagregada, es decir, el dato se desacopla del sujeto del cual surge. Los algoritmos procesan esos datos para encontrar correlaciones y **crear perfiles de usuario que son modelados prototípicos de carácter estandarizado** y a la vez flexible que ocupan el lugar de los usuarios en la dinámica administrativa de la tecnología informática. Esta definición es decisiva pues el algoritmo no opera directamente sobre el usuario, sino sobre el perfil de usuario que ha sido construido también por los algoritmos como un material técnicamente administrable (grifos nossos).

Quando pessoas não binárias são convidadas a se sentirem à vontade para registrarem seus dados pessoais, fisiológicos e emocionais nos *apps*, vão oferecendo ao algoritmo elementos singulares para que um perfil seja codificado, estandardizando identidades que se constituiriam como fora do *standard*. Paradoxalmente, há uma customização digital¹³ que permite que o

¹² Tradução nossa. No original: Central to the workings of surveillance is the presumption of “normative notions of embodiment” that demand transparency from the body for meaning-making and intervention (van der Meulen and Heynen 2016: 19). Queer identities are opaque to such systems insofar as supposedly improper configurations of gender, sex, and sexuality conceal the body and render it a threatening inconsistency. As Kathryn Conrad (2009b: 380) wrote in that issue, “Surveillance techniques, themselves so intimately tied to information systems, put normative pressure on non-normative bodies and practices, such as those of queer and genderqueer subjects”. For example, biometric technologies like face scanners are calibrated upon binary assumptions of gender embodiment and compulsory heterosexuality (Keyes 2018). People who do not conform to dominant conventions of gendered grooming and dress are computed as “biometric system failures” (Magnet 2011: 48) that must be corrected by conforming to the discursive constructs in the software. Undoubtedly, surveillance has long been hostile to queer and trans identities in seeking to control deviation.

¹³ Lury e Day descrevem a customização como personalização algorítmica, que contempla uma forma contemporânea de economia, a economia do gosto, transformada pelo Facebook em economia dos likes. Para as autoras, a personalização é “a criação de um caminho, uma série dinâmica de aproximações de similaridade e preferência que cria pessoas” (2019, p. 24. Tradução nossa) a partir “uma descontextualização e recontextualização maciçamente agregadas do gostar” (Idem, p. 31. Tradução nossa). Estas agregações são feitas por algoritmos de recomendação como os algoritmos de filtragem colaborativa e algoritmos de compartilhamento de conteúdo.

sujeito se reconheça naquele perfil, ou seja, tenha uma experiência individualizada, ao mesmo tempo que seus dados vão sendo datificados de forma desagregada. Desta forma, criam-se modelos generalizados de comportamentos preditíveis (SAN MARTÍN, 2025).

A não binariedade como “potência subversiva” (Mariana POMBO, 2024) é queer ou cuír (como temos usado na América do Sul),¹⁴ não só porque desliza para além dos binarismos de gênero, colocando o próprio conceito em xeque, mas porque o cuír/queer, em sua gênese política, propõe-se justamente a “colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (Guacira LOURO, 2003, p. 546). De modo que

la capacidad algorítmica de “codificar lo queer” podría ser comprendido como el correlato sociotécnico de un proceso de integración de las minorías excluidas, pero también como una intensificación expandida de la vigilancia digital y las dinámicas de control. Para entender este punto es fundamental examinar las modalidades técnicas concretas que están en juego en este “algoritmo queer” y las novedades o diferencias que establece con las otras dinámicas de vigilancia queer (SAN MARTÍN, 2025).

A queerização algorítmica, ou o esforço das plataformas em se “queerizar”, pode ser lida como uma cooptação mercantil de identidades disruptivas. Algoritmos de filtragem colaborativa, por exemplo, têm a capacidade de fazer previsões bem-sucedidas em todos os campos quando comparados a algoritmos de compartilhamento de conteúdo.¹⁵

Neste artigo,

nosso foco são os algoritmos de filtragem colaborativa, em parte porque sua capacidade de fazer previsões bem-sucedidas em todos os campos é considerada mais forte do que a dos algoritmos baseados em conteúdo, mas também porque eles exigem e exploram métodos “participativos” para desenvolver novas técnicas de classificação (Celia LURY; Sophie DAY, 2019, p. 22).¹⁶

Os métodos participativos operam a partir da premissa de que usuáries/os têm em comum mais do que um único interesse compartilhado, o que dispensa a acumulação à participação de muitos usuários para produzir recomendações personalizadas para um perfil específico (LURY; DAY, 2019, p. 22). Grosso modo, um perfil que compartilha conteúdos sobre seu interesse entusiasta sobre o novo livro de Judith Butler provavelmente guarda mais coisas em comum com outras pessoas que também apreciam as ideias da filósofa, além do interesse nas produções teóricas de uma das mais expressivas autoras queer. Os algoritmos de filtragem colaborativa não alocam previamente usuáries/as/os em categorias preexistentes, por isso nos parecem interessantes quando se trata de identidades que só muito recentemente começaram a se articular como coletivo.

Os algoritmos de filtragem colaborativa, usados pelos *menstruapps* para personalizar a experiência das pessoas que os utilizam, são actantes que interagem com dados coletivos e individuais para recomendar conteúdos, funcionalidades e até notificações. Esses algoritmos interpretam dados inseridos por usuáries e geram recomendações personalizadas. Neste contexto, o algoritmo deixa de ser apenas um mecanismo técnico e assume um papel ativo na formação de identidades e práticas de autocuidado, ao sugerir formas de entender o ciclo menstrual de uma maneira que pode reforçar ou desafiar normatividades de gênero.

Em uma rede sociotécnica, onde algoritmos operam como actantes, eles não apenas agregam dados para oferecer recomendações, mas também exercem uma forma de vigilância contínua sobre os corpos e as identidades. Essa vigilância algorítmica, ao observar padrões de uso, sintomas e respostas dos usuáries, participa da normatização e, muitas vezes, da patologização de experiências corporais, conforme os parâmetros de normalidade definidos pelos próprios algoritmos e pela rede de desenvolvedores e profissionais de saúde. Para pessoas não binárias ou queer, isso pode representar uma pressão velada para ajustar suas práticas e

¹⁴ Ver Larissa Pelúcio (2016). A autora discute como o termo “queer” em português perde o peso semântico que carrega no inglês. Para reproduzir o mal-estar intencional que as e os primeiras/os ativistas e teóricas/os quiseram imprimir aos estudos queer, Pelúcio propõe que se use no Brasil “teoria cu”, justificando esta nomeação pelo caráter não binário do órgão e da sua relação com prazeres considerados emasculantes e interditos. A mesma autora usa o termo cuír para reproduzir graficamente a forma como a palavra tende a ser pronunciada em português e espanhol. Rían De La Pola (2021) também faz o mesmo uso, justificando a pronúncia latinizada como uma forma de apropriação criativa das propostas da teoria queer para a realidade latino-americana (DE LA POLA, Rían Lozano. “Visibilidades cuír, imaginários sobreviventes.”. *Revista Lucia – Revista Feminista de Cultura Visual e Tradução*, p. 104-121, 2021; PELÚCIO, Larissa. “O cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil”. *Iberic@*, v. I, n. 9, p. 123-136, 2016).

¹⁵ Os algoritmos de compartilhamento partem de coletas de grande quantidade de dados sobre o comportamento das/dos usuáries/os (curtidas, comentários, compartilhamentos, tempo gasto em posts, interações anteriores com perfis ou páginas, localização etc.), de forma que a distribuição desses conteúdos relaciona-se com o que se parece ou se assemelha a ações digitais de usuáries e usuáries. Por meio do uso dos dados coletados, os algoritmos aplicam técnicas de machine learning e inteligência artificial para identificar padrões de comportamento. A partir disso, o algoritmo prevê quais tipos de conteúdo provavelmente atrairão mais a atenção de um usuário em particular e assim o distribui.

¹⁶ No original: We focus on collaborative filtering algorithms, partly because their ability to make successful predictions across fields is held to be stronger than that of content-based algorithms, but also because they require and exploit ‘participatory’ methods to develop novel classificatory techniques.

autoentendimento a padrões cisnormativos, comprometendo a capacidade do algoritmo de gerar uma subjetivação verdadeiramente inclusiva. No capitalismo de vigilância, o que pode significar a “vigilância queer” (ou estamos falando de vigilância **do** queer)?

Vigilância, paradoxos e capturas

O conceito de capitalismo de vigilância foi proposto por Shoshana Zuboff em seu livro *The Age of Surveillance Capitalism*, publicado originalmente em 2018 e no Brasil em 2021. Para a pesquisadora norte-americana,

o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. Por fim, esses produtos de predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que chamo de mercados de comportamentos futuros. Os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, uma vez que muitas companhias estão ávidas para apostar no nosso comportamento futuro (ZUBOFF, 2021, p. 22).

Vigiar e prever compõem a díade que orienta esse modelo que, ainda segundo Zuboff, tem potencial para moldar comportamentos individuais para interesse de terceiros. No capitalismo de vigilância, o poder é instrumentário, próprio desta fase do capitalismo, e opera com **“a instrumentação e instrumentalização do comportamento para propósitos de modificação, predição, monetização e controle”** (ZUBOFF, 2021, p. 521, grifo no original) dos comportamentos humanos, inclusive, aqueles residuais, como sangue e excreções. Ao corroborarem a visão de Zuboff, os *mentruapps* se interessam em commoditizar nosso sangue, nossas dores, humor e gozo.

O *Flo*, por exemplo, estimula a interação entre usuárias, usuários e usuáries com garantia de anonimato e de intervenção feita por especialistas. Ao mesmo tempo que se tem ali a extração de um superávit comportamental em um espaço para a livre dissertação, é também naquele *chat* que usuárias, usuários e usuáries têm encontrado interlocução e escuta mútua, numa troca que vamos chamar, aqui, de “entre pares”.

Desde as falecidas comunidades do *Orkut*¹⁷ que, a partir de 2004, começaram a fazer sucesso no Brasil, dissidências de gênero e sexualidade passaram a desenhar territórios digitais, onde intensas trocas ocorriam (Regina FACCHINI; Carolina DE CASTRO, 2009; Andréa DOS SANTOS; Suely DE AQUINO, 2011; Carolina PARREIRAS, 2008). Com a emergência dos *apps* para *smartphones*, a portabilidade e a conexão perpétua, assistimos ao borramento cada vez mais flagrante entre privado e público. O pessoal foi encontrando um espaço político e, paradoxalmente, íntimo, na chamada internet.

As dissidências se expressam, por exemplo, nos *chats* dos *mentruapps* ou em canais do *YouTube*, como a pesquisa de Kosher, Houghton e Winkler (2023, p. 3) procura mostrar. A partir da análise de 19 vídeos sobre “MENstruação”,¹⁸ e mais de 12 mil comentários, as autoras avaliam, em tom celebratório, que há um vasto “arquivo vivo de corporeidade e identidade trans” (*living archive of trans corporeality and identity*) disponibilizado em plataformas comerciais como o *YouTube*. Ainda segundo as pesquisadoras, a plataforma passou também a ter acesso a um novo vocabulário no momento mesmo em que esses termos estavam sendo formulados e experimentados. Kosher e colaboradoras levantaram uma série de eufemismos utilizados por homens trans e pessoas não binárias para falar de menstruação, bem como para nomear partes do corpo e a si mesmos/mesmes. No “Papo Privado”, nas discussões em torno da menstruação, transexualidade e não binariedade, por exemplo, surgem termos como “Lésbicas MDS”; “hetero cis”; “transmasc”; “cis sáfica”; “corpos AFAB”; “gênero fluído”; “demissexual”; “demigirl”; “assexual”; “bigênero”. Esse farto e novo vocabulário reflete mudanças significativas pelas quais viemos passando como sociedade. Mudanças estas que os *apps* estão assimilando graças à interação que ocorre dentro deles e para além das plataformas, possibilitando que identidades antes invisibilizadas ganhem contornos codificáveis.

¹⁷ Orkut foi uma rede social criada pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten, lançada em 2004 pelo Google. Apesar de ser global, o Orkut teve um sucesso desproporcional no Brasil, onde rapidamente se tornou a rede social dominante até seu encerramento, em 2014. No Brasil, o Orkut era usado de forma intensiva para criar comunidades sobre os mais diversos temas, indo de *fandoms*, causas políticas e sociais, até tópicos de humor. Essas comunidades permitiam que as pessoas expressassem suas identidades e opiniões de uma maneira, digamos, mais livre, por terem se constituído em um momento em que a internet não era a internet dos algoritmos, como a estamos chamando aqui.

¹⁸ O trocadilho ortográfico funciona em inglês, uma vez que *men* significa homens e o substantivo menstruação, em inglês, diz-se *menstruation*.

Así, la capacidad algorítmica de “codificar lo queer” podría ser comprendido como el correlato sociotécnico de un proceso de integración de las minorías excluidas, pero también como una intensificación expandida de la vigilancia digital y las dinámicas de control (SAN MARTÍN, 2025).

Os trabalhos sobre sistemas de vigilância pressupõem “‘noções normativas de incorporação’ que exigem transparência do corpo para a criação de significado e intervenção” (KAHER; GRINBERG, 2023, p. 593),¹⁹ e quando se trata de corpos e identidades que escapam a essas presunções, o sistema tende a não identificá-las e/ou não reconhecê-las. Mais grave, tende a penalizá-las. Como discutem Mariah Silva e Sara York (2025, nesta Seção Temática), a vigilância é desigualmente distribuída, pois carrega marcas de gênero, raça, classe e territórios. Ao pensarmos com elas, interrogamos: as pessoas não binárias, que nomeiam-se de lésbicas *desfem*,²⁰ trans não binárias²¹ ou queer, têm potencial de confundir os sistemas de vigilância? Esta é pergunta retórica, pois, apesar de reconhecermos a existência de territórios digitais onde dissidências se identificam e se articulam, o fato é que eles ainda estão situados em domínios oligopolistas, em que empresas globais se nutrem de dados de comportamentos triviais, ao mesmo tempo que extraem tonalidades psíquicas e emocionais (Fernanda BRUNO; Anna Carolina BENTES; Paulo FALTAY, 2019) de quem utiliza esses serviços.

O que isso pode significar quando estamos diante de identidades emergentes (AZEVEDO, 2024)? Como a rede constituída por atores humanos e não humanos vai se tecendo na tensão entre resistências e vigilância? Ou, em que medida novas identidades já estão se conformando na fricção permanente entre perfis digitais e um self analógico? Sem pretensão de oferecer respostas taxativas a estas perguntas, ensaiamos possibilidades para pensar teoricamente as provocações que elas guardam.

As identidades queer estão sendo apreendidas e aprendidas pela IA (ver Julianna MOTTER, 2025) a partir de uma rede de atores humanos e não humanos. Estão implicados nesse aprendizado alguns mal-estares: controle, vigilância e normatividade.

San Martín (2025) considera que

se podrían describir aquí dos posibilidades de existencia de lo queer ante el régimen algorítmico. Por un lado, podría ser que el interés de datificación “total” que expresa la utopía *Big Data* termine integrando lo queer a través de esa datificación, de la formación de correlaciones, construcción de patrones y perfiles móviles que no están orientados por una evaluación normativa. En cierto sentido, podría decirse que en esta operación lo queer se integra y a la vez desaparece como un elemento más de la hipernormalización algorítmica, pues pierde su excepcionalidad, rareza, extrañeza y disruptividad que lo caracterizaban [...].

Por outro lado, a subjetivação queer em *menstruapps* pode se revelar como um campo de tensão e criação. Se esses aplicativos tentam “ensinar” aos usuários formas normativas de autocontrole e saúde, podemos também considerar que as pessoas não binárias podem reinterpretar essas práticas, transformando os aplicativos em ferramentas de expressão, resistência e exploração de identidades subversivas. Pressupor que as pessoas são passivas diante dos usos das tecnologias não é apenas ingênuo, mas empiricamente insustentável (José VAN DIJCK, 2019).

Apps como o *Flo* e *Clue* têm buscado interagir com as dissidências, se apresentando como territórios digitais confiáveis, nos quais capturas e resistência se friccionam, contribuindo para que as identidades não binárias se constituam nos *apps*, por meio deles e para além deles. A visibilidade ocorre dentro de um ambiente de vigilância e coleta de dados. A questão é se essa visibilidade proporcionará, de fato, uma amplificação autêntica das vozes dissidentes ou se acabará por enquadrá-las em uma moldura controlada e passível de exploração.

Conclusões duvidosas

Ao parafrasearmos Daniela Alaattinoğlu (2022), discutimos, neste artigo, como os *menstruapps* se colocam na peculiar interseção entre os debates contemporâneos de gênero e a busca capitalista por novos produtos e mercados.²² Vimos que, apesar das plataformas possibilitarem a expressão de novas identidades de gênero e sexualidade, isso não ocorre sem que elas se beneficiem da visibilidade dessas identidades. Visibilidades estas que podem rapidamente se tornar hipervisibilidade no contexto do capitalismo de vigilância. Na prática,

¹⁹ No original: Central to the workings of surveillance is the presumption of “normative notions of embodiment” that demand transparency from the body for meaning-making and intervention.

²⁰ “Lésbicas *desfem*” é usado como abreviação de “lésbicas desfemilizadas” e se refere a lésbicas que não performam feminilidade.

²¹ Esse termo se refere a uma pessoa transexual – ou seja, que não se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer – e sua identidade não está relacionada a ser homem ou ser mulher, mas numa fusão, fluidez ou negação da feminilidade e masculinidade.

²² Daniela Alaattinoğlu escreve que os *menstruapps* se colocam na peculiar interseção entre o *mainstream* feminista do debate público e a busca capitalista por novos produtos e mercados [menstruapps place themselves in the peculiar intersection between feminist mainstreaming of public debate and the capitalist search for new products and markets (2022, p. 158)].

isso significa que a presença de identidades não binárias nos *menstruapps* não ocorre apenas para dar reconhecimento e acolhimento, mas também para transformar essas identidades em dados que possam ser analisados, segmentados e, eventualmente, monetizados.

A comercialização das margens acontece quando as plataformas monetizam essas identidades, transformando-as em commodities (Sarah ROBERTS, 2019). Quais problemas de gênero (*gender trouble*) podem surgir dessa comoditização do subversivo?

Quando se procura transformar identidades dissidentes em produtos consumíveis, seu potencial subversivo, de certa forma, tende a ser neutralizado. A subversão, que inicialmente busca questionar as normas de gênero, pode ser esvaziada de seu caráter crítico ao ser moldada para atender à sua algoritmização, o que tende a criar a ilusão de inclusão, enquanto as estruturas normativas continuam inalteradas.

O que constatamos, em nossa imersão diária na arquitetura de dois *menstruapps*, é que está em curso um esforço de algoritmização do queer a partir da ideia de “inclusão da diversidade” propagada pelo *Clue* e *Flo*. Nestes *apps*, há toda uma incitação ao autoescrutínio, ao monitoramento atento de sintomas, humores e atenção a alertas sobre saúde sexual a partir da disponibilização de dados sensíveis, como já discutido aqui. São esses dados percebidos e registrados devidamente aqueles capazes de gerar a previsibilidade prometida pelos *menstruapps*. Os algoritmos de predição aprendem, mas têm dificuldade de lidar com o desvio. Porém, o desvio pode ser estabelecido como a fronteira que divide identidades “estáveis” (o que sabemos ser uma contradição em termos) e as que derivam nas águas profundas do digital.

Por outro lado, efeitos políticos podem surgir dessas tentativas de capturas digitais e algoritmizações, como a publicização de opressões e exclusões, sobretudo quando se trata de temas tabu como menstruação e reprodução envolvendo corpos que escapam à régua cisgênera. Vimos que os *apps* não só se esforçam em contemplar a não binariedade, mas acabam por contribuir para que estas se constituam a partir das trocas promovidas em uma complexa rede de relações entre atores humanos e não humanos.

A não binariedade como força subversiva, mas também como identidade plural,²³ desestabiliza a cis-heteronorma a partir de seu “espectro caleidoscópico, em constante movimento, que não se deixa apreender por uma única categoria identitária tampouco por materialidades corpóreas” (Gabrielle WEBER; Silvana NASCIMENTO, 2024, p. 274). Mas, ainda assim, temos visto que a não binariedade começa a ser digitalmente codificada.

Porém, nos mesmos espaços em que a vigilância ocorre, acontece também a possibilidade de agregação crítica, promovendo-se maior visibilidade e legitimidade a existências que foram historicamente inviabilizadas. Entre tensões e paradoxos, a captura de dados e o controle algorítmico permanecem, deixando em aberto a questão de até que ponto é possível alcançar uma autonomia plena nesses ambientes, uma vez que o capitalismo sempre foi bem-sucedido em domesticar e mercantilizar as dissidências. Porém, ele nunca foi capaz de impedir de forma absoluta o surgimento de dissidências de gênero e, menos ainda, que estas resistam, criando outros problemas de gênero para o sistema.

Referências

ALAATTINOĞLU, Daniela. “Rethinking Explicit Consent and Intimate Data: The Case of Menstruapps”. *Feminist Legal Studies*, v. 30, n. 2, p. 157-179, 2022.

AZEVEDO, Dri. “Não binariedade: uma identidade emergente no Brasil contemporâneo”. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 01-05, 2024.

BAUMGARTEN, Nicole. *Dataficando a menstruação: uma etnografia com um aplicativo de monitoramento do ciclo menstrual*. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

BELL, Jen. “Falando sobre períodos além do gênero”. Seção Igualdade de Gênero, *Clue*, 2017. Disponível em <https://hellocue.com/articles/cycle-a-z/talking-about-periods-beyond-gender>. Acesso em 25/09/2024.

BORNSTEIN, Kate. *Gender outlaw*. New York: Vintage Books, 1994.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. “Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento”. *Revista Famecos*, v. 26, n. 3, p. e33095-e33095, 2019.

²³ Vale percorrer os 15 artigos publicados dossiê “Não binariedade”, organizado por Dri Azevedo e Andrey Chagas e Walla Capelobo, para a revista *Periodicus*, número 20, lançada no primeiro semestre de 2024.

BRYAN, Aubrey. "Como usar o Clue app me ajudou a aceitar minha identidade não-binária – A linguagem neutra de gênero é mais importante do que você imagina". Seção LGBTQIA+, Clue, 2020. Disponível em <https://helloclue.com/pt/artigos/lgbt-voices/como-usar-o-clue-app-me-ajudou-a-aceitar-minha-identidade-nao-binaria#:~:text=O%20Clue%20%C3%A9%20inclusivo%2C%20usamos,expectativas%20e%20estere%C3%B3tipos%20da%20sociedade>. Acesso em 16/09/2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DANTAS, Lucas Silva. "Transfobia e não binariedade: o regime da diferença sexual e a régua cisgênera". *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 173-185, 2024.

DE LA POLA, Rían Lozano. "Visualidades cuír, imaginários sobreviventes". *Revista Lucía – Revista Feminista de Cultura Visual e Tradução*, p. 104-121, 2021.

DOS SANTOS, Andréa Pereira; DE AQUINO GOMES, Suely Henrique. "Comunidades Gays do ORKUT: encontros, confrontos e (re) construção de identidades". *Comunicação & Informação*, v. 14, n. 2, p. 96-119, 2011.

FACCHINI, Regina; DE CASTRO, Carolina Branco Ferreira. "Medicalização, sexualidade e gênero: sujeitos e agenciamentos (Apresentação)". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14, 2009. (Dossier n. 2)

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIEN, Jeanne. *Une histoire des produits menstruels*. Quimperlé: Éditions Divergences, 2023.

HAYNES, Felicity; McKENNA, Tarquam. "Unseen genders: Beyond the binaries". In: HAYNES, Felicity; McKENNA, Tarquam (Eds.). *Unseen genders: Beyond the binaries*. Bern: Peter Lang Publishing, 2001.

KENNELLY, Lisa; LAVIGNE, Mike. "Acessibilidade e linguagem de gênero na Clue". Seção Igualdade de Gênero, Clue, 2017. Disponível em <https://helloclue.com/articles/culture/accessibility-gendered-language-at-clue>. Acesso em 25/09/2024.

KOSHER, Rowena B. D.; HOUGHTON, Lauren C.; WINKLER, Inga T. "MANstruation: A cyberethnography of linguistic strategies of trans and nonbinary menstruators". *Social Science & Medicine*, v. 328, p. 115974, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. "Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 541-553, 2001.

LURY, Celia; DAY, Sophie. "Algorithmic personalization as a mode of individuation". *Theory, Culture & Society*, v. 36, n. 2, p. 17-37, 2019.

MORAIS, HBlynda. "'Pane no sistema': discutindo a não binariedade e o protagonismo trans nas redes sociais". *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 45-71, 2024.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

MOTTER, Julianna Paz Japiassu. "Lesbianidades, sapatônicas e plataformas digitais no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e104264, 2025.

NATANSOHN, Graciela. "Para uma internet feminista, descolonizar internet é urgente". In: GONÇALVES, Christiane; ROCHA, Marcos A. M. (Orgs.). *Feminismos Descoloniais e Outros Escritos Feministas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

PALETTA, Gabriela. *Menstruapps na era farmacopornográfica: aplicativos de monitoramento de ciclo menstrual e interseções entre corpos, máquinas e tecnopolíticas de gênero*. 2019. Mestrado (Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

PARREIRAS, Carolina. *Sexualidade no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line*. 2008. Mestrado (Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe; COUTO JR., Dilton. "Apresentação – Corpo, Gênero e Sexualidade na Ciberultura: Modos de Conhecer, Práticas de Sociabilidade e Redes Educativas". *Interfaces Científicas-Educação*, v. 8, n. 2, p. 8-15, 2020.

POMBO, Mariana Ferreira. "Além dos binarismos: a não binariedade como potência subversiva". *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 06-20, 2024.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ROBERTS, Sarah T. *Behind the screen*. Yale: Yale University Press, 2019.

RØSTVIK, Camilla M. *Cash Flow: The businesses of menstruation*. London: UCL Press, 2022.

SAN MARTÍN, Felipe Rivas. "Perfis queer e pós-vigilância". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

SCHANTZ, Joelle S.; FERNANDEZ, Claudia S. P.; JUKIC, Anne Marie Z. "Menstrual cycle tracking applications and the potential for epidemiological research: a comprehensive review of the literature". *Current epidemiology reports*, v. 8, p. 9-19, 2021.

VAN DIJCK, José. *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2019.

VÁSQUEZ, Carolina R. "Educación Menstrual Emancipadora – Una vía para interpelar la misoginia expresada en el tabú menstrual". *Colección Estímulos de la Creación*, Medellín, 2022.

WEBER, Gabrielle; NASCIMENTO, Silvana. "Não binariedade emergente ou binariedade projetiva: reflexões exploratórias transdisciplinares". *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 273-307, 2024.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Larissa Pelúcio (larissa.pelucio@unesp.br; larissapelucio@gmail.com) é livre-docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas (2019) e professora Associada na UNESP-Bauru (Universidade Estadual Paulista), onde leciona Antropologia. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC-UNESP, realizou pós-doutorados no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e na Université Paris 8. Líder do Grupo de Pesquisa Transgressões (CNPq), investiga corporalidades, gênero, sexualidade e mídias contemporâneas. Autora dos livros *Abjeção e Desejo* e *Amor em Tempos de Aplicativos* (Annablume/Fapesp), além de artigos sobre teorias decoloniais, feminismos e tecnopolíticas. Bolsista Produtividade (PQ2).

Eduarda Albrechete Motta (eduarda.motta@unesp.br) é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UNESP-Bauru (Universidade Estadual Paulista). Integrante do grupo de pesquisa CNPq "Transgressões – Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias Contemporâneas". Graduada em Jornalismo pela UNESP-Bauru. Seus interesses de pesquisa exploram a representatividade de sexualidades e identidades de gênero dissidentes nas mídias contemporâneas.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista: PELÚCIO, Larissa; MOTTA, Eduarda Albrechete. "Não binariedade nos *menstruapps* – paradoxos entre visibilidade e vigilância queer". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e104256, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Imagem publicitária.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 15/12/2024

Aprovado em 17/12/2024
